

DE QUE RURAL ESTAMOS FALANDO? UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO HISTÓRICO DAS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO UNIVERSO RURAL BRASILEIRO E NA REPRESENTAÇÃO DO HOMEM DO CAMPO A PARTIR DA DÉCADA DE 1950

Carla Julião da Silva

Graduada pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Marília. E-mail:
carlajuliaosilva@gmail.com

RESUMO

Este artigo faz parte do trabalho de conclusão de curso que teve como objetivo compreender e colocar em discussão a questão da condição rural no período em que o cenário brasileiro (principalmente o Estado de São Paulo) sofria transformações no meio rural. Buscamos na literatura elementos para compreender as mudanças que ocorreram e ocorrem no campo. Sob esse pano de fundo tentamos compreender o que permaneceu e o que vem

mudando tanto na questão da permanência quanto nos motivos que levaram a saída da região para morar na cidade. Diante disso, o presente artigo colabora com as referidas discussões trazendo as análises feitas a partir da pesquisa de campo realizada em meados de 2013 e 2014 na zona rural do distrito de Frutal do Campo (SP).

INTRODUÇÃO¹

O presente artigo é um resultado da monografia apresentada em março de 2016, intitulada *“Aqui é meu lugar”: a representatividade caipira na zona rural de Frutal do Campo (SP)*, fruto da pesquisa de campo realizada entre 2013 e 2014 no distrito de Frutal do Campo, situada no Centro Oeste Paulista. Compõem este artigo, em primeiro lugar, algumas das análises sobre o recorte histórico que parte dos anos de 1945 e 1950 até os dias atuais. A segunda parte perpassa pelas discussões da construção de uma representatividade e possíveis características do que vem a ser o homem do campo durante o período escolhido. Finalizamos com as análises desenvolvidas a partir de entrevistas realizadas com pessoas que moram no bairro rural² de Frutal do Campo.

Buscamos aqui trazer a discussão sobre o processo histórico que norteia o meio rural e apresentar uma análise sobre algumas das transformações que vêm ocorrendo sobre a temática, utilizando os dados recolhidos no trabalho de campo e possibilitando a compreensão do significado que esse lugar oferece tanto para a questão de identidade quanto para os elementos perdidos ao longo dos anos.

O cenário brasileiro, a partir de 1945, proporcionou experiências democráticas que se depararam com novidades e projetos políticos ousados, como a criação de novos partidos e promessas de progresso, disputando a preferência dos eleitores da época e trazendo para o país mudanças econômicas, sociais e políticas. Neste contexto, ideias

1 Este artigo faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em março de 2016 e intitulado: *“Aqui é meu lugar” a representatividade caipira na zona rural de Frutal do Campo (SP)*.

2 Refiro-me aqui a “bairro rural” como conceito levantado por Maria Isaura Pereira de Queiroz em *“Bairros Rurais Paulistas”* (1973), que define o bairro rural como aquele formado por camponeses, isto é, por indivíduos vivendo numa economia de subsistência, somada à comercialização das sobras da colheita, que é vendida na cidade próxima ou na região. O bairro rural é ao mesmo tempo um tipo de povoamento e um tipo de grupo social antigo que persiste. Esta definição para autora decorre das pesquisas feitas por Antonio Candido e a moderna teoria da Sociologia Rural, que possibilita deixar para o segundo plano o aspecto econômico para dar lugar as relações sociais e relações de trabalho, desenvolvendo e conservando relações de vizinhança em nível social igualitário, das atividades cotidianas e festivas. (1973, p.47 à 50).

de desenvolvimento e de transformações democráticas no país serviram como pano de fundo para as análises realizadas neste trabalho, auxiliando a compreensão da conjuntura, em que a industrialização no Brasil começa a desencadear um processo de urbanização, sendo um destes fatores a utilização da mão de obra do campo em setores urbanos.

Tais novidades no âmbito político, econômico e social permitiram também que diversas pesquisas fossem realizadas. Um desses estudos possibilitou a comparação e repartição de renda no Brasil entre 1960 e 1970, demonstrando que o desenvolvimento da economia beneficiava uma minoria em detrimento da grande maioria da população³.

Na década de 1950, a imagem de “otimista” e “arrojado” do presidente Juscelino Kubitschek engendrou um período de novidades no país. Durante o seu mandato foi apresentado um plano de incentivos ao desenvolvimento – o “Plano de Metas”, que tinha como objetivos a construção de usinas hidrelétricas, implantação da indústria automobilística com peças fabricadas no Brasil, ampliação da produção de petróleo e a abertura e construção de estradas. Uma das propostas mais significativas deste governo foi a defesa da industrialização acelerada como forma de modernizar e estimular o capital estrangeiro. Deste modo, Francisco de Oliveira em seu livro *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco* (2003) afirma que:

A aceleração do período Kubitschek não pode ser menos que exagerada, e suas repercussões prontas se materializaram. O coeficiente de inversão – a relação entre a formação de capital e o produto bruto – se eleva de um índice de 100 no quinquênio anterior para um índice de 122, isto é, em cinco anos, a média anual do coeficiente, comparada com a média do quinquênio precedente cresce quase $\frac{1}{4}$, o que é um esforço digno de nota para qualquer economia. (p. 73)

Porém, diante deste grande feito, segundo Francisco Oliveira (2003), a economia foi internacionalizada, o que possibilitou empresas multinacionais a instalarem suas filiais, controlando setores importantes da indústria. Esta foi uma das apostas para o “progresso”. O crescimento do produto real da indústria aumentou, mas o governo não conseguiu frear a dívida externa.

Contudo, tais fatores contribuíram para acelerar as migrações em direção aos grandes centros urbanos. O salário dos trabalhadores, no entanto, não acompanhou todo esse crescimento e a taxa de exploração de força de trabalho aumentou. Esta

3 Sobre o assunto, ver SINGER, Paul. Comparabilidade dos dados. IN: SINGER, Paul. Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1981.

expansão econômica contribuiu para uma divisão do trabalho que favoreceu a urbanização.

[...] o produto real se acelera precisamente no período de Kubitschek, quando passa de um crescimento médio de 11,2%, 8,1% no quinquênio 1953/1957 para um crescimento médio de 11,2%, isto é, elevando-se cerca de 38% em relação ao período imediatamente anterior. Já se constatou que o coeficiente de inversão no período também se elevou extraordinariamente, cerca de 22% em relação ao quinquênio imediatamente anterior. O crescimento do produto real da indústria foi, assim, mais que proporcional ao crescimento da inversão, sendo explicado o diferencial entre as duas variáveis exatamente pela maior produtividade das novas inversões e pelo aumento da taxa de exploração de trabalho. [...] Sem embargo, a relação começa a desequilibrar-se no sentido de um salário real que não chegava a cobrir o custo de reprodução, da força de trabalho, simplesmente pelo fato que, não somente à medida que o tempo passa, mas à medida que a urbanização avança, à medida que as novas leis de mercado se impõem, o custo de reprodução da força de trabalho urbana passa a ter componentes cada vez mais urbanos: isto é, o custo de reprodução da força de trabalho também se mercantiliza e industrializa. (OLIVEIRA, 2003, p. 83 e 84)

O aumento dos preços dos produtos industriais, a elevação do custo da força de trabalho e a erosão no salário real foram os protagonistas da crise que se acelerou a partir de 1960. As camadas ricas da população, porém, pouco sentiram este fato. Tal classe teve um crescimento da renda real em aproximadamente 70% a partir de 1968⁴.

Esses aumentos, tanto dos produtos industriais quanto no custo da força de trabalho, não atrapalharam os incentivos ao crédito. A expansão de grandes empresas privadas e as exigências por qualificações fez com que as famílias procurassem utilizar estes incentivos para melhorar a renda familiar. A possibilidade de ascensão social provinha de uma boa formação escolar, o que garantiria um “indivíduo de sucesso” na vida profissional. Assim,

A exigência de qualificação fundada na educação superior – a começar pelo concurso público exigido pelos governos – impõe-se de modo crescente. Naturalmente, quando o chefe de família é empresário próspero,

4 Francisco de Oliveira (2003) apresenta elementos analíticos com informações de pesquisas desenvolvidas pela Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) no ano de 1969. Em uma das análises chegou à conclusão de que o salário dos trabalhadores urbanos era insuficiente para cobrir os gastos, o que culmina no aumento das horas trabalhadas. Os novos mercados de produtos industriais também contribuíram para uma distribuição desigualitária da renda, na qual só houve crescimento da renda real para a camada mais rica da população, que consumia produtos duráveis como automóveis e eletrodomésticos. A entrada de novas ocupações criadas pela expansão industrial permitiu um aumento na renda das classes médias e a possibilidade de consumo de produtos duráveis. A homogeneização monopolista das empresas, porém, contribuiu para a exploração do trabalho, ao mesmo tempo em que expandia a sua taxa de lucros. (p. 87 a 105)

advogado, médico, engenheiro, juiz, promotor, delegado, professor universitário, as possibilidades de ingresso do filho na universidade são facilitadas. O acesso dos filhos de pequenos proprietários mais modestos (dono da farmácia, da lojinha, da casa comercial do bairro, do armazém ou quitanda etc.) encontrava maiores obstáculos. Era mais difícil ainda para os filhos da classe média baixa chefiada por bancários, vendedores de lojas, comerciais, professores do ensino de primeiro e segundo grau, profissionais liberais de pouco êxito, trabalhadores qualificados por conta própria, funcionários públicos de nível médio, trabalhadores de escritórios de empresas etc. Mas, mesmo assim, era possível. A remuneração que auferiam permitia uma vida apertada, às vezes muito apertada, mas digna. Educar os filhos representava um grande sacrifício. (MELLO; NOVAIS, 1998, p.595 e 596)

A camada de trabalhadores especializados, as exigências de leitura, boa escrita e o entendimento sobre o trabalho realizado se ampliaram, e aqueles que precisavam se inserir no mercado de trabalho deveriam se adequar às novidades de cada setor profissional. A necessidade de qualificação levou muitos trabalhadores a procurar os grandes centros urbanos. Só 17% destes trabalhadores ficavam com o trabalho na agricultura, enquanto a maioria já morava em grandes centros urbanos. A região da Grande São Paulo foi um dos mais significativos do período. (MELLO; NOVAIS, 1998, p.597)

Deste modo, a pretensão pelas “vantagens” da vida urbana levou migrantes das áreas rurais a procurarem a sua inserção no mercado de trabalho. Aqueles que não apresentavam formação profissional trabalhavam com serviços que não exigiam tantas qualificações, como, por exemplo, a construção civil e os serviços domésticos. A remuneração era baixa e ter a carteira assinada já seria um avanço.

A entrada do migrante rural no mercado de trabalho se dá em geral, para homens, na construção civil, e, para mulheres, nos serviços domésticos. São os únicos canais abertos para os que têm de “aceitar qualquer serviço”, pois “não tem desembaraço”, “são acanhados”, “afobam-se”, “nunca tem a esperteza de quem já esta na capital”, “não entendem a linguagem da cidade”, “não sabem mexer com máquinas”. Na construção civil, as tarefas são as mais pesadas e as de mais baixa remuneração, por exemplo, a de servente de pedreiro. O emprego doméstico feminino era, naquela época, muito pior do que se pode imaginar hoje: começava com o amanhecer do dia e só acabava quando a louça do jantar estava lavada; folga, só aos domingos, depois do almoço; o quartinho apertado; o assédio sexual do filho do patrão, as vezes do próprio patrão. Mas são acessíveis, também, outros postos de trabalho nos serviços, em geral sem carteira assinada. Por exemplo, o de serviço de limpeza, o de carregador de sacos de cereais, o de vigia noturno, o de ajudante de caminhoneiro, ou de cozinheiro, ou de vendedor ambulante, ou de feirante, o de lavador do automóvel. Tendem a confluir, assim, nesse nível “inferior” da escala social, o migrante rural e os cidadãos pobre – os descendentes dos escravos -, que também se

localizavam na base do mercado de trabalho. (MELLO; NOVAIS, 1998, P.598 e 599)

O período entre os anos de 1969 e 1974 é conhecido como “Milagre econômico”. O país passava por mudanças econômicas e sociais e o crescimento acelerado da economia permitiu ao Brasil a oportunidade de assemelhar-se a alguns países desenvolvidos. As desigualdades em termos de renda e riqueza, no entanto, ainda eram ressaltadas. A monopolização de oportunidades e a diferenciação de rendas da nova classe média ocasionaram uma concorrência desregulada entre trabalhadores e as camadas mais altas da sociedade (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 618).

O monopólio da terra e as ampliações de oportunidades de crédito levaram a industrialização para a agricultura a partir de 1970. O latifúndio acentua-se seu caráter capitalista e surgem, neste período, novas profissões ligadas à agricultura. Cursos de nível superior foram incentivados e ganharam destaque neste período. Segundo Mello e Novais,

O autoritarismo plutocrático instalado pela “Revolução de 64”, em lugar de promover a reforma agrária, reforçou o monopólio da terra, através da modernização selvagem do campo. A extensão do crédito subsidiado e a tecnificação dos processos produtivos levaram à industrialização da agricultura, que se voltará especialmente para os produtos de exportação (soja, milho depois a laranja). O latifúndio acentua fortemente seu caráter capitalista, mas as médias e boa parte das pequenas propriedades também convertem em verdadeiras empresas rurais. E vem, nos anos 70, a grande novidade representada pelos chamados complexos agroindustriais: em torno de uma grande empresa, a Sadia ou a Perdigão, por exemplo, giram pequenos proprietários que produzem sob encomenda, usando mão de obra familiar e um ou outro assalariado. Por outro lado, aparece uma camada mais qualificada de trabalhadores permanentes, por exemplo, o tratorista, o operador de colheitadeira, o técnico em inseminação artificial. Surgem até novas profissões de nível superior ligadas aos afazeres agrícolas, como o biólogo do centro de pesquisa da grande usina de açúcar. O antigo engenheiro agrônomo ganha destaque, mas se torna, também vendedor de adubos e fertilizantes, ou de máquinas e equipamentos agrícolas. (1998, p. 618 e 619)

No processo de desenvolvimento, segundo Singer (1981), algumas classes sociais crescem e outras decrescem. Surgem classes novas devido à criação de novas relações de produção, permitindo também que tais classes sociais sejam substituídas ou que se sobreponha a outras.

Com a entrada de investimentos estrangeiros no Brasil a concentração de capital na indústria aumentou, dificultando assim o pequeno comércio. O crescimento da economia urbana não significou o desaparecimento destes pequenos empresários,

mas a perda da sua importância em termos econômicos e sociais (SINGER, 1981, p 169 e 170). Assim, nota-se a transferência maciça de grupos populacionais para os grandes centros urbanos devido à mudança da estrutura econômica. A população se multiplica e cai a taxa de mortalidade que eleva o ritmo de crescimento.

Essas transformações na agricultura a partir de 1970 aceleraram as migrações do campo para as cidades. Esses migrantes procuravam nas grandes indústrias o emprego que desse segurança e os direitos assegurados pela legislação do trabalho. A grande massa de trabalhadores não tinha qualificação. Uma grande parte da população, contudo, se urbanizou com a esperança de uma vida melhor.

A modernização do país num período que o capitalismo se expandia, estimulou a mudança da agricultura de subsistência pela comercial, com a expropriação e expulsão de posseiros, parceiros e agregados, o que deu lugar para trabalhadores assalariados. Devido à forte concentração de propriedade e de renda, “milhões de homens, mulheres e crianças seriam arrancadas do campo pelo trator, implementos agrícolas sofisticados, pelos adubos e inseticidas, pela penetração do crédito” (MELLO; NOVAIS, 1998 p. 580).

Muitos tentam se inserir nas novas formas de trabalho no campo. Os anos que vão de 1950 a 1980 marcam o período em que ocorreram tais mudanças na área rural, como a construção de estradas de rodagem e incentivos para a infraestrutura econômica e social. A “marcha para o interior do Brasil”, como lembra Mello e Novais (1998), possibilitou e atraiu migrantes para o interior do país, como, por exemplo, o que ocorreu no norte do Paraná nos anos de 1950.

Com a “abertura” de novas terras, as cidadezinhas que ficavam próximas as grandes propriedades rurais começam a receber novos moradores que iam apenas fazer o que chamamos de “básico”- comprar alimento, ir à missa, vender o resto da produção –, e que ali começaram a se instalar, construindo e se fixando nestas pequenas cidades. Em dados estatísticos,

Foi assim que migraram para as cidades, nos anos 50, 8 milhões de pessoas (cerca de 24% da população rural do Brasil em 1950); quase 14 milhões, nos anos 60 (cerca de 36% da população rural em 1960); 17 milhões, nos anos 70 (cerca de 40% da população rural de 1970). Em três décadas, a espantosa cifra de 39 milhões de pessoas! (MELLO; NOVAIS 1998, p. 581)

Tais diferenças entre rural e urbano acentuaram-se. A modernização “das mentalidades” caminhou junto com tais mudanças, tanto para as “boas” condições que oferece a cidade, quanto ao “nível” de cultura a que se poderia chegar. Segundo Milton Santos e María Laura Silveira na obra *Brasil: Território e sociedade no início do*

século XXI (2010), a preocupação em modernizar o campo nos anos finais do século XX procurava responder as exigências do mundo globalizado, acompanhando a demanda por uma “racionalidade” a ser empregada no plantio, nos cuidados, na colheita, na armazenagem, estocagem, empacotamento, transporte e comercialização, justificando, assim, o surgimento de instituições de ensino e de pesquisa aplicada na área da agricultura (2010, p.281).

Tais modificações em vigor, entretanto, trouxeram uma “resistência à mudança”, em um cenário em que a modernização e as técnicas estariam fluindo e entrando no cotidiano da população. Toda forma de oposição a tais mudanças ocasionaria um retrocesso. Daí o surgimento de estereótipos negativos aos que iam contra tal modernização. Para José de Souza Martins (1969), nas análises feitas sobre a modernização do Estado de São Paulo, considerar a relação indissolúvel entre urbano e rural é afastar-se:

[...] em termos capitalistas [...] [da] hipótese de uma política econômica global que considerasse a relação indissolúvel entre o rural e o urbano, a sua interdependência. O diagnóstico refluí para a modernização “das mentalidades”, para utilização “ótima” das condições dadas e, portanto, para a identificação do problema no nível de cultura. Diversas publicações periódicas ou avulsas, destinadas à população rural, utilizam um universo de linguagem próprio do homem urbano e referem-se à modernização sem o seu aliado fundamental: o capital e a sua reprodução. É, aliás, a mesma linguagem dos técnicos ligados à modernização agropecuária (extensionistas, assistentes sociais rurais, comunicadores). Surgem daí os temas como “resistência à mudança” personalidades apáticas, etc. E é em função dessas concepções que a ação modernizadora é desencadeada. (MARTINS, 1969, p. 131)

As transformações que ocorrem no campo demonstram que não é mais possível ter como referência o modelo “atrasado” da cultura tradicional camponesa e o modo de vida do homem do campo. Essas referências não são mais compatíveis com as novas formas de organização rural. A reorientação do modo de vida, a luta contra o desemprego urbano e as novas formas de padrão agrícola são maneiras de insistir na permanência no campo.

CONSTRUÇÃO NO IMAGINÁRIO DA SOCIEDADE DO QUE VEM A SER A REPRESENTATIVIDADE DO HOMEM DO CAMPO (CAIPIRA) NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O XX

Com a perspectiva do avanço do capital no Brasil, a passagem do século XIX para o XX inaugurou um novo olhar dos intelectuais para a construção de uma identidade brasileira. Foram produzidas múltiplas representações da população,

buscando conferir uma identidade nacional que romperia com o passado de dependência – e que teria se perpetuado na história brasileira -, impulsionando condições para a modernização da sociedade.

O tema foi exaustivamente discutido e difundido, penetrando com grande força no imaginário social. A dicotomia campo/cidade foi um dos temas centrais sobre a identidade nacional neste período, o que estimulou o desenvolvimento da produção cultural e científica. Nesta perspectiva, Parrilla (2006) pontua que:

O Brasil e seu povo ocuparam lugar central nos debates intelectuais na passagem do século XIX para o XX, momento de busca da constituição das especificidades da nação em formação. Encontrar um tipo étnico específico capaz de representar a brasilidade tornou-se grande desafio a ser enfrentado pela intelectualidade, que tomou para si a missão de encontrar a identidade nacional rompendo com o passado de dependência cultural. Esta identidade, construída ao longo do século XIX, configurou-se em múltiplas imagens que guardavam ambiguidades (...). A literatura nacional preocupou-se em construir símbolos que trouxessem à tona imagens e tradições do país; preocupação que perpassou as produções do gênero desde a independência. Essa inquietação revelou-se tanto no sertanismo romântico quanto no regionalismo do período realista-naturalista. (PARRILLA, 2006)

Com a preocupação destes intelectuais, tanto na literatura quanto na economia, em acertar o passo para a construção da identidade brasileira, o campo passa a assumir papel fundamental nas análises. Foi neste cenário que se destacou o Estado de São Paulo, que ganhava espaço no setor econômico e político devido à expansão do café, apresentando transformações significativas que garantiram o seu reconhecimento como região promissora - um modelo a ser seguido por outros estados (ABUD, 1999). Com estas transformações, o espírito bandeirante que avançou na abertura de novas terras, ou seja, ampliando fronteiras para o oeste de São Paulo, teve a mesma antiga forma usada pelos bandeirantes do século XVII⁵, dizimando centenas de indígenas que viviam na região e pressionando os caipiras posseiros que estavam no “meio do caminho”.

Os caipiras passaram a ser componentes das discussões, sendo representa-

5 John Manuel Monteiro na obra “Negros da Terra” – Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo (1994) analisa a relação entre bandeirantes/indígenas no Estado de São Paulo, observando como esta relação influenciou a economia e a fundação de vilas, trilhando novos caminhos para o Oeste e Sul de São Paulo, como é o caso da fundação das vilas de Itu, Sorocaba e Jundiá. O autor também trata sobre o contexto econômico do São Paulo seiscentista e do trabalho indígena como indispensável para a ascensão dos jovens colonos, sem deixar de lado a violência e o extermínio dos povos indígenas. Apesar de já haver na época uma legislação contrária ao trabalho forçado dos povos nativos, os paulistas conseguiam contornar os obstáculos jurídicos, permitindo a manutenção desta mão-de-obra e assumindo o papel de administradores particulares dos índios com o pretexto de que estes seriam considerados “incapazes de administrar a si mesmos” (MONTEIRO, 1994, p. 76 à 131).

dos fartamente na literatura paulista do período impulsionada por escritores como Cornélio Pires (1927) e Monteiro Lobato (1957), que deram ao homem do interior paulista representações tanto negativas quanto positivas.

O termo “caipira” ao longo dos anos foi tomando várias formas ao adjetivar o homem do campo. As ideias oficializadas na literatura tomaram força até chegar aos dicionários. A palavra então se tornou sinônimo de: “*Jeca; Matuto; Saquarema. Pessoa nascida ou (que) vive em regiões rurais no interior do estado de São Paulo; tem modos simples e pouca instrução; indivíduo pouco sociável, sem traquejo no convívio social.*” (AULETE, 2011: p. 260). Ou: “*Habitante do campo ou da roça, em geral de pouca instrução e de modos canhestros, jeca, matuto, roceiro, sertanejo, caboclo, capiauí, tabaréu.*” (AURÉLIO, 1993, p. 91). É possível observar que conotações como “de pouca instrução” e “Jeca” já estão inseridas no cerne da palavra “caipira”, naturalizando então a imagem de “homem fora do seu tempo”, inapto para a vida urbana. Morando no campo, ainda, sua representação estará relacionada a “uma pessoa simples e pouca instrução” e, mesmo que saiba como agir em tempos difíceis e que tenha outros saberes, sua cultura acabará perdendo sentido diante das necessidades do capital.

Monteiro Lobato nas primeiras décadas do século XX criaria a representação caricatural do caipira em São Paulo. Nos textos *Cidades Mortas* (1906), *Velha Praga* (1914) e *Urupês* (1914), que inauguram sua crítica à interpretação da realidade em oposição às correntes românticas, o autor não faz uma análise estrutural da sociedade brasileira, mas considera o caboclo⁶ como responsável pelo atraso nacional. Suas práticas irracionais o tornariam um indivíduo inútil para a nação, como aponta a autora Luciana Meire da Silva na tese *O Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 a 1930* (2013).

A criação do personagem *Jeca Tatu* por Lobato expressa seu entendimento sobre o caboclo. A rusticidade do viver do caipira não escapou à criação do personagem, associando-o a um “fungo da terra”. Segundo Luciana M. Silva (2013), Lobato critica de forma cruel o homem pobre rural, utilizando-se de estereótipos pejorativos do que vem a ser o caipira - a figura desqualificada, destruidor da natureza junto com sua mulher e seus filhos, preguiçoso para promover qualquer melhoria no seu modo de vida. Estes seriam os elementos que limitavam o progresso da nação. O personagem *Jeca Tatu*, contudo, foi um dos sucessos de Monteiro Lobato

6 Para Luciana Meire da Silva, na dissertação *O Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 a 1930* (2013), Monteiro Lobato não via saída para o atraso e a decadência da vida do caboclo. O autor não traz para o debate, no entanto, assuntos associados à economia e sociedade. Escrevendo em contraposição aos românticos, valoriza o imigrante, particularmente pela sua disciplina em relação ao trabalho. Para Lobato, segundo a autora, a chegada dos imigrantes nas indústrias e nas lavouras traria a esperança para a superação da decadência nacional (2013, p. 68 e 69).

perante o seu público leitor. Segundo Luciana M. Silva (2013), Lobato:

[...] criou uma identidade para este sujeito ausente de conceito na sociedade brasileira, e esta categoria até aqui inominada passa a ser vista, percebida, discutida e entendida no contexto da economia nacional. Essa identidade do caboclo criada por Lobato, na forma de caricatura, atendia a busca de uma parcela do país para pensar a si mesma. De um lado uma elite intelectual dizia que o Brasil era feito de caboclos fortes e rijos, de outro, intelectuais afirmavam: éramos um país vitimado por uma raça de depauperados e degenerados sem nome. Monteiro Lobato cria um nome para este sujeito e o seu conceito unifica os vários significados e essas ideias foram de ampla aceitação, divulgação e circulação em todo o país. (SILVA, 2013, p.14)

Em 1918, *Jeca Tatu* passou de atraso para ser considerado um herói nacional. Lobato criou uma nova leitura sobre o caboclo no artigo “*Jeca Tatu- A Ressurreição*”, mudando seu conceito sobre o personagem, não mais preguiçoso e parasita da nação, mas um indivíduo doente. A importância e a transformação deste personagem acompanharam a trajetória dos debates intelectuais de seu tempo. Tais mudanças ocorreram pelo fato de o autor ter tido uma forte relação com os intelectuais da época no momento em que a discussão sobre saneamento básico no país estava em pauta. O personagem por ele criado, *Jeca Tatuzinho*, foi divulgado em panfletos distribuídos em todo território nacional na campanha para informar crianças e adultos sobre noções de higiene e saneamento básico, como lembra Aline Franciele Parrilla na dissertação de mestrado *Chico Bento, um caipira do campo ou da cidade?: A representação do espaço rural e urbano e de seus habitantes na revista em quadrinhos do Chico Bento (1982-2000)* (2006).

Chico Bento, outro personagem brasileiro criado por Maurício de Sousa em suas histórias em quadrinhos, publicadas a partir dos anos 1960 e 1970, ganha o papel de representar o homem do campo usando o caipirês como sua linguagem, juntamente com o cenário do campo e utensílios rústicos, animais e uma vila. A história gira em torno da ingenuidade: a imagem de uma pessoa bondosa, obediente e defensora da natureza, com a intenção de passar uma mensagem de cidadania para o leitor. Na história, somente Chico Bento frequenta a escola. Ainda assim, a utilização incorreta da língua portuguesa é a principal característica do “caipirinha” dos quadrinhos (PARRILLA, 2006).

Além dos escritos literários, o cinema e as telenovelas também trataram (e tratam) o assunto por outras perspectivas, tanto pelo âmbito da vida rural quanto pela tradição oral. No cinema, a figura do caipira ganhou destaque com *Mazzaropi*, que eternizou o modo de vida do *Jeca Tatu* em vários filmes. Outro filme que também trata da representatividade caipira é *A Marvada Carne*, do diretor André Klotzel, que

trata com outro olhar a identidade rural, seguindo a tradição oral, explicitada por meio de contos populares. As telenovelas, *Cabocla* e *Sinhá Moça*, também retrataram o assunto de forma ilustrativa. Recentemente exibida na mesma emissora, *Eta mundo bom* conta ora a história de uma família que mora na roça, ora dá enfoque no modo de vida urbano.

Tanto *Jeca Tatu* e *Jeca Tatuzinho*, quanto a permanência desta caricatura em *Chico Bento*, levam-nos a pensar que há uma representação do caipira no imaginário brasileiro que sobrevive, com todos os elementos que esta representação comporta. Dentro destas referências, retomamos a discussão sobre o termo “mameluco” que aponta para uma discussão sobre a forma de pensar o homem do campo como portador de uma natureza preguiçosa e fora dos padrões civilizatórios. Segundo esta perspectiva, o encontro étnico-cultural entre europeus e índios teria resultado no surgimento dos mamelucos, união entre os colonizadores e índias, o que dava o direito do senhor europeu sobre a índia escrava. Nessa discussão introduzida por Bosi, Enid Yatsuda aponta que:

Um dos suportes para assegurar o funcionamento do sistema colonialista, isto é, submissão do colonizado – passada a fazer do emprego da força -, é a fabricação e difusão da ideologia do colonialismo. Basicamente, o conteúdo expressa a superioridade do colonizador: é dinâmico, sensato, trabalhador, verdadeiramente cristão, participa de uma civilização superior, e seu meio de expressão, sua linguagem, é instrumento de elaboração de alta literatura. Por oposição, o colonizado é marcado negativamente, através de um mecanismo diabolicamente simples: o que é atribuído cultural, o colonizador transforma em elemento essencial. Assim o nativo torna-se, por natureza, um indivíduo preguiçoso, indolente, incapaz, idiotizado, sujeito, violento, usando um falar rude que não pode exprimir com precisão conhecimentos mais refinados e sentimentos mais nobres. Uma linguagem inadequada à literatura. (Bosi apud YATSUDA, 1992, p. 104)

Nas pesquisas científicas, Antonio Candido (2010) se destaca quando organiza na obra *Os Parceiros do Rio Bonito* investigações realizadas a partir dos meios de vida num agrupamento de caipiras no município de Bofete (SP) nos anos de 1948 e 1954. Neste estudo, o autor faz referência às descrições feitas por Cornélio

Pires (1921)⁷ das variadas representações do que vem a ser o caipira. Pires elaborou significados e levou em conta os diversos tipos étnicos da cultura rústica paulista da época, tornando-se referência no estudo da identidade caipira. Em suas análises, Antonio Candido aponta que:

Para designar os aspectos culturais, usa-se aqui caipira, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de restringir-se quase apenas, pelo uso inveterado, à área de influência histórica paulista. Como neste estudo não saímos dela, o inconveniente se atenua./ Cornélio Pires descreve, em um dos seus livros, o “caipira branco”, o “caipira caboclo”, o “caipira preto”, o “caipira mulato”. É a maneira justa de usar os termos, inclusive porque sugere a acentuada incorporação dos diversos tipos étnicos ao universo da cultura rústica de São Paulo – processo a que se poderia chamar acaipiramento, ou acaipiração, e que os investigou de fato num conjunto bastante homogêneo. (CANDIDO, 2010, p. 27)

Dentro destas variadas representações do caipira, uma das questões principais diz respeito à disponibilidade de terras. Seja em razão de situações favoráveis, nas quais o homem do campo dispõe de terras razoavelmente produtivas, ou em situações difíceis, quando mesmo possuindo um pequeno pedaço de terra, próprio ou apossado, vive para garantir a subsistência. Neste último caso, a situação da sobrevivência é complexa, pois a não legalização das terras o coloca em situação de vulnerabilidade, seja em relação aos latifundiários circunvizinhos, seja em função da expansão das fronteiras agrícolas, como ocorreu em São Paulo – e ainda ocorre em diversas regiões do Brasil.

Na condição de “agregado”, ou posseiro, o caipira acabou sendo “empurrado” para áreas cada vez mais despovoadas, sendo representado como um sujeito às margens da história, como nos lembra Antonio Candido (2010, p. 102). Com sua herança econômica, social e cultural, ficou para o caipira as marcas da inadaptação para o esforço intenso e contínuo, ou para o trabalho racionalizado e voltado para o mercado, levando o mundo urbano e moderno a responsabilizá-lo por um suposto baixo nível de vida.

Ainda hoje, nos bolsões rurais, restam pequenos proprietários que possam

7 Cornélio Pires ofereceu grande importância ao tema em sua obra *Conversas ao pé do Fogo* (1921). Visto que já havia uma preocupação do autor sobre o que vem a ser o “caipira” enquanto identidade paulista, procurou dividir por categorias cada tipo de caipira que surgiu e que trouxe uma nova perspectiva sobre a estrutura da vida do campo da época, sem deixar de lado a identidade. Pires se inspirou no poema *O Poema da raça caipira* (1953) de Alberto Rovai, que faz referência à expressão da cultura caipira. Cornélio Pires também foi jornalista, músico e compositor, e um dos percussores da música do gênero caipira na indústria musical brasileira. É possível até dizer que foi ele um dos criadores da música sertaneja. A importância de suas obras passou a ser reconhecida quando faz citações aos e é citado nos estudos de Antonio Candido.

ser chamados de caipiras típicos, isto é, que ainda não abandonaram suas raízes. A diferença campo/cidade é o elemento que os distingue. A urbanização tratou de escrever e caracterizar seu próprio espaço, sendo, portanto, um espaço de referência que serve como exemplo de “progresso” ao sujeito que insiste em viver no “atraso” do campo. Sobre esse ponto, Parrilla discorre:

Nesse sentido, poderíamos inferir que ao definir o rural o cidadão promove, por distinção, uma caracterização do seu próprio espaço. Esta diferenciação entre os dois ambientes se faz não apenas físico-geograficamente, mas por vários aspectos como: costumes, valores, vestuário, linguagem. O “caipira típico”, assim como o espaço que ele habita, é caracterizado pela diferença: ele representa o “outro”, tanto em relação àquele que produz história, uma vez que a cidade é o espaço de referência para a elaboração dos enredos [...] (PARRILLA, 2006, p. 146)

É possível dizer que a cultura caipira expressa uma forma de identidade do morador do campo. Suas vivências estão relacionadas ao tempo cronológico da terra, contado em dias, meses e anos a partir do período apropriado para certas culturas (cultura aqui como agricultura, o que é escolhido para se plantar em um determinado período). É partindo desta premissa que o camponês desenvolve sua rotina, diferenciando-se do indivíduo urbano. O ritmo é modificado pelo fato de ter outro tempo cronológico, que não é semelhante ao tempo do operário (oito horas trabalhadas por dia). Portanto, lembra-nos Antonio Candido:

A cultura do caipira, como a do primitivo, não foi feita para o progresso: a sua mudança é seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico e social, que a alteração destes provoca a derrocada das formas de cultura por eles condicionada. Daí o fato de encontrarmos nela a continuidade impressionante, uma sobrevivência das formas essenciais, sob transformações de superfície que não atingem o cerne senão quando a árvore já foi derrubada – e o caipira deixou de o ser. (CANDIDO, 2010, p. 97)

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS TRANSFORMAÇÕES E OS NOVOS OLHARES NA DINÂMICA RURAL

Para este artigo foram analisados oito entrevistas com sítiantes da zona rural do distrito de Frutal do Campo (SP). Nesta região, segundo os entrevistados, atualmente vivem cerca de vinte e cinco famílias em toda a extensão dos córregos Taquaruçu e Taquaruçuzinho. Membros de algumas famílias, porém, já não residem mais no campo, devido à venda da propriedade, porque os filhos que casaram foram para a cidade, porque já não possuem familiares morando por perto ou, ainda, porque apenas voltam para o sítio nos finais de semana. Dois dos entrevistados moraram

parte da vida no campo e resolveram tentar a vida na cidade. Um já não possui nenhuma propriedade na região e o outro ainda mantém a herança deixada pelos seus pais: cinco alqueires de terra com uma casa (este disponibilizou um mapa da região que consta nos documentos das suas terras). Os outros cinco são moradores e possuem uma pequena propriedade mantida com o auxílio da família.

Segundo Roberto Cardoso de Oliveira, em *Etnicidade e Multiculturalismo* (2006, p. 35), as mudanças culturais na sociedade não levam a uma mudança identitária. Cultura e identidade são relevantes para a investigação, especialmente se nelas estiverem expressos valores. O autor apresenta uma análise sobre a identidade indígena, mas deixa em aberto a discussão sobre o multiculturalismo presente em nossa sociedade, elemento que possibilita pensar a representação destes moradores e não-moradores rurais; a figura e a forma de viver em um momento histórico diferente daquele dos antigos moradores rurais, bem como as novas significações do mundo globalizado no meio rural.

Segundo José Carlos Sebe Meihy (2002), no livro *Manual da História Oral*, as experiências de cada um são autênticas. A cultura de um grupo perpassa pelas memórias culturais de cada indivíduo mesmo que estes sejam moldados pelo meio social que os rodeiam. O ato de pensar jamais deixará de ser pessoal. Portanto, para Meihy:

Toda a narrativa é sempre e inevitavelmente construção, elaboração, seleção de fatos e impressões. Portanto, como discurso em eterna elaboração, a narrativa para a história oral é uma versão dos fatos e não os fatos em si. Convém lembrar que por mais parecidas que sejam as narrativas dos mesmos fatos, todas às vezes reditas carregam diferentes significativas [...]. A história oral se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida. Quanto mais elas os contarem a seu modo, mais eficiente será seu depoimento. (MEIHY, 2002, p. 50 e 51)

A História Oral permite uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje, e cujo processo histórico não está acabado, garantindo o sentido social à vida dos entrevistados e a sua compreensão diante dos contextos em que vivem. A presença do passado no presente permite que a história de um povo continue viva. (MEIHY, 2002)

A festa foi objeto de estudo de diversos autores com perspectivas e aspectos diferentes. Élen Ângela Silva (2014), na dissertação de Mestrado *A festa do encontro, festa dadivosa: a trezena franciscana na região rural de Tabocas em Abaté/ MG*, busca trazer elementos tanto em seus aspectos sociológicos quanto nos leva a pensar a memória enquanto memória de grupo, memória coletiva. Considerando aqui as entrevistas

feitas, a lembrança da festa está presente nas falas. Elas tornaram-se memórias dos lugares, da infância, presentes tanto na fala dos moradores quanto na fala dos que moraram na roça. Um tempo em que todos estavam no mesmo lugar, vivenciando o grupo. Élen A. Silva (2014) aponta para um duplo movimento: o sentido de se reconhecer algo que remete a um grupo e não somente a um indivíduo, “*muito mais um nós do que um eu*”, e também um sentido de pertença: tornar real o sentido de grupo, de coletividade.

O significado da festa em Tabocas para Élen A. Silva (2014) possibilitou a compreensão das motivações que levam a festa a acontecer. As diferenças na forma como os participantes, os devotos e os festeiros sentem a festa é diferente da forma como a sentem os fiéis do lugar e da região rural.

Élen A. Silva (2014) nos lembra ainda outra análise realizada por Duvignaud em *Festas e Civilizações* (1973), obra em que autor classifica as festas em duas perspectivas: a Festa de Participação e a Festa de Representação. A Festa de Participação abrange toda a comunidade local no fazer da festa, organizando e participando nos preparativos. Já a Festa de Representação está voltada para o lazer e o entretenimento dos consumidores, ou seja, com atores valorizando mais o espetáculo do que o valor de pertença ao lugar.

É nesta “festa do interior”, como coloca Luciana de Oliveira Chianca no artigo *Quando o campo está na cidade: migração, identidade e festa* (2008), que se dá o momento de recuperar socialmente o que “ficou pra trás”. Um tempo de recordar e superar momentos vivenciados no caminho, criando a sensação de retorno ao lugar de origem. É nesse período também que a identidade rural ganha legitimidade. Esse descanso nas diferenças, no entanto, não oferece a igualdade social entre o rural e o urbano.

O “Campo” e “Cidade” carregam historicamente generalizações e emoções diversificadas. Com essas cristalizações o campo passou a ser associado a uma forma natural de vida, de paz e modo de viver simples, enquanto a cidade passou a ser o centro das realizações, do saber e das comunicações. Raymond Williams no livro *O Campo e a Cidade na história e na literatura* (1989) nos lembra da significativa experiência inglesa nas transformações que ocorreram entre campo e cidade. Para Raymond Williams, a Revolução Industrial não transformou somente a cidade, mas produziu um modo capitalista de pensar o campo, um capitalismo agrário altamente desenvolvido que resultou no desaparecimento do campesinato tradicional, transformando em quase nula a agricultura doméstica. No entanto, mesmo sendo predominantemente urbana, durante uma geração a literatura da sociedade inglesa

continuou basicamente rural. (WILLIAMS, 1989, p.11 e 12).

A influência do “aqui” (cidade) e o que isso traz de movimento para “lá” (campo), pensando nas contribuições de Raymond Williams (1989), é o modo como as pessoas se referem ao campo como saudade, um tempo em que a cidade não tinha tamanha importância na vida rural, um tempo onde a comunidade permanecia unida. Com todas as transformações que ocorreram no campo, o sentimento de pertença ainda guia a vida rural. Mesmo que ocorra o deslocamento (do campo para cidade), as experiências vivenciadas na cidade se tornam somente experiências; o sentimento de pertença e identidade com o local de origem se tornam mais fortes.

O campo está em processo de transformação tanto das atividades econômicas quanto das realidades sociais e culturais. Segundo Maria José Carneiro, no artigo *Ruralidade: novas identidades em construção* (2007), tornou-se difícil aplicar uma definição uniforme sobre a noção de rural, em que de um lado do debate fala-se sobre uma possível extinção da tradição cultural fundada na prática agrícola (o agricultor familiar ou o camponês), destruída pelo desenvolvimento capitalista, e de outro, sobre o pensar a ruralidade como uma representação social, definida culturalmente por atores sociais que desempenham atividades que não são homogêneas e que não estão necessariamente associadas à produção agrícola. (CARNEIRO, 2007, p.72)

A reestruturação dos elementos da cultura rural está incorporando releituras da cultura urbana, trazendo para o mundo rural possibilidades de manter viva a cultura local e contribuindo para alimentar e reforçar os vínculos com o campo. Estudos recentes como o de José Graziano da Silva, no artigo *Velhos e novos mitos do rural brasileiro* (2001), apontam que o emprego de natureza agrícola vinha decaindo em todo país nos anos de 1992-1999, mas que a população residente no campo voltou a crescer – ou, segundo o autor, parou de cair. Este cenário é explicado em parte pelo incremento do emprego não-agrícola no campo (SILVA, 2001, p. 6).

No trabalho de José Eli da Veiga, *A dimensão rural no Brasil* (2004), é discutido o processo de urbanização do Brasil considerando urbano todo município (cidade) e seus distritos (vilas), sejam quais forem suas características estruturais e funcionais. São nestes estudos que podemos compreender o debate sobre a condição plural que temos sobre o campo hoje. Tanto na visão dicotômica entre campo e cidade, quanto nas discussões sobre um continuum, como apontado por José Graziano no artigo *O Novo rural Brasileiro* (1997), as diferenças entre rural e urbano tornaram-se cada vez menos importantes. Ao invés de diluir estas diferenças, o caminho vem sendo o de propiciar o reforço da identidade e o sentido de pertença da localidade, possibilitando uma integração entre o rural e o urbano, ao mesmo tempo em que se mantém

uma lógica que garante ao indivíduo a identificação com o lugar onde se vive.

Nessa perspectiva, como lembra Maria José Carneiro (2007), as transformações da comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano não resultam na descaracterização do indivíduo e na mudança de hábitos, costumes e percepção de mundo. Não implica, portanto, uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social. A diversidade assegura a identidade do grupo que experimenta uma consciência de si na relação de alteridade com os “de fora” (p.58).

Os efeitos modernizadores que incidem sobre a agricultura, nos moldes da produção urbano-industrial, demonstram implicações sobre a população que está no campo. A expansão da “racionalidade urbana”, como aponta Maria José Carneiro (2007), provocada pela forma de trabalho e da produção capitalista, leva a questão da necessidade de romper com a referência da cultura urbano-industrial e não congelar o conceito de “camponês” como “modo de vida”, uma vez que tal distinção acaba por reduzir a compreensão da dinâmica social (CARNEIRO, 2007, p.55).

Entender o crescimento da população rural⁸, novas dinâmicas, ou a criação de municípios que tem mais de rural do que necessariamente urbano, também nos leva a pensar os problemas frequentes de moradores que perderam sua propriedade por conta de dívidas. Graziano no artigo *O Rural Paulista- muito além do agrícola e do agrário* (1996) sinaliza problemas nas receitas e despesas agrícolas em análises feitas com dados do IBGE sobre juros e despesas bancárias, que aumentaram de 5% para 15,3% no período de 1985-1993 devido à grande estabilidade financeira. Os setores que tiveram queda por conta destes aumentos foram maquinários, equipamentos, impostos e taxas, pagamentos de serviços, arrendamento e parceria - pagamento de renda da terra. (SILVA,1996, p.66)

Um dos itens com maior crescimento no período analisado, de 1985 a 1993, foi, segundo Graziano (1996), os serviços terceirizados, representando 10% no ano de 1993. As atividades não-agrícolas no Estado de São Paulo que vêm se “proliferando” são conhecidas como sítios de recreio, serviços destinados ao lazer (pesque-pague, hotel fazenda, pousadas, restaurantes, spas) ou atividades produtivas com considerável valor comercial, como é o caso da produção de flores, hortaliças e pomares domésticos

8 Segundo José Graziano da Silva (2001), em suas análises da PNADs, o Estado de São Paulo teve o dobro do crescimento populacional no campo (3% a.a contra 1,5% a.a) no ano de 1999. O autor também analisa o crescimento da população rural em outros estados e constata que somente na região Sul do país houve sinais de queda nas áreas rurais. (SILVA, 2001, p. 4)

próximos das cidades. O *part-time farmer*⁹, como lembra Graziano (1997), constitui os agricultores em tempo parcial, que desenvolvem além das atividades tidas como agrícolas, pecuária, agricultor, etc, outras atividades não-agrícolas no meio rural, não sendo, portanto, apenas um fazendeiro, mas também um trabalhador autônomo.

A pluriatividade¹⁰ tornou-se uma forma nova de compreender as transformações no mundo rural e de entender que elementos heterogêneos vindos da sociedade urbana se encontram hoje no campo. O desaparecimento da fronteira entre “rural” e o “urbano” está associado às relações e organizações sociais e não mais a um caráter natural, como aquele visto nos anos de 1950. Tais transformações, entretanto, não implicam obrigatoriamente a descaracterização das culturas locais, mas possibilitam uma reelaboração de identidades sociais no campo com base no sentimento de pertencimento da localidade (CARNEIRO, 2007, p.73).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADUB. Katia Maria. A idéia de São Paulo como formador do Brasil. In FERREIRA, A.C (org.) **Encontros de História**. EDUNESP/FAPESP/ANPUH. São Paulo, 1999.

AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. [organizador Paulo Geiger]- Lexikon. Rio de Janeiro, 2011.

AURÉLIO. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3ª Ed., Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1993.

BORGES, Maria Stela Lemos. **Terra, ponto de partida, ponto de chegada: um estudo de identidade do trabalhador rural na luta pela terra**. Tese de Mestrado apresentada à Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara. Araraquara São Paulo, mimeo, 1989.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo do caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Ed. Ouro sobre Azul. Rio de Janeiro, 2010.

9 Este conceito de *part-time farmer* foi trabalhado e analisado no artigo O Novo Rural Brasileiro (1997), e refere-se ao novo ator social consolidado no paradigma da sociedade “pós industrial”, que vê nestes novos atores características de pluriatividade, isto é, que combina atividades agrícolas e não-agrícolas. Para o autor, as cidades estão cada vez mais parecidas com o campo e vice-versa. (SILVA, 1997,p. 4)

10 Idem, p.4.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Texto publicado nos **Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural**. Natal, agosto, 1997.

CHIANCA, Luciana de Oliveira. "Quando o campo está na cidade: migração, identidade e festa". In: **Sociedade e Cultura**, v 10, n 1, jan/jun 2007, p. 45-59.

MARTINS, José de Souza. A Modernização e problema agrário no Estado de São Paulo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 6. Universidade de São Paulo. São Paulo 1969.

_____. **A luta pela terra**. Ed. Paulus. São Paulo, 1997.

MATOS, Odilon. **Café e Ferrovias: A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. Pontes. Campinas, São Paulo, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual da História Oral**. 4ª edição, São Paulo, Edições Loyola, 2002.

MELO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: NOVAIS, Fernando. **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MONBEIG, Pierre. **Pionniers et planteurs de São Paulo**. Armand Colin, Paris, 1952. Tradução de Ilse Hildegard Haupt da Motta "Pioneiros e Plantadores de São Paulo" [s.l, s.n] [s.d].

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1994.

OHTAKE, Maria Flora Gonçalves. **O processo de urbanização em São Paulo: dois momentos, duas faces**. Dissertação de Mestrado pela Universidade Católica de São Paulo, mimeo, São Paulo, 1982.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a Razão Dualista**. O ornitorrinco. São Paulo. Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo. Ed. Unesp. Brasília. 2006

PARRILLA, Aline Franciele. **Chico Bento, um caipira do campo ou da cidade?**: a representação do espaço rural e urbano e de seus habitantes na revista em quadrinhos do Chico Bento (1982-2000) Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Assis, mimeo, São Paulo, 2006.

PEREIRA, Odirlei Dias. **No rádio e nas telas**: o rural da musica sertaneja de sucesso e sua versão cinematográfica. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, campus Marília, mimeo, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O Campesinato Brasileiro**. Ensaio sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil. 2a edição. Vozes. Petrópolis, 1976.

_____. **Bairros Rurais Paulistas**. Dinâmica das relações bairro rural-cidade. Ed. Livraria Duas Cidades. São Paulo, 1973.

SILVA, Élen Angela. **A festa do encontro, festa dadivosa**: a trezena franciscana na região rural de Tabocas em Abaté/ MG. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências- UNESP- campus Marília, mimeo, 2014.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados**, vol.15 n. 34. São Paulo, sept./dec, 2001.

_____. O Novo rural brasileiro. Publicado na revista **Nova economia**, Belo Horizonte. 7(1): 43-81, (maio de 1997).

_____. O Rural Paulista: muito além do agrícola e do agrário. **São Paulo em Perspectiva**, 10(2), 1996.

SILVA, Luciana Meire. **O Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 e 1930**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP campus Marília, mimeo, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 14a Ed. Record. Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Sergio. **A expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. Editora Alfa Omega. São Paulo, 1976.

SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. **A Longa Caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão**. Dissertação de Doutorado pelo Departamento de Geografia Humana –FFCH-USP, mimeo, São Paulo, 1999.

SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1981.

VEIGA, José Eli. A Dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 12, n.1, p.71-94, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na história e na literatura**. Companhia de bolso, Rio de Janeiro, 1989.

YATSUDA, Enid. O Caipira e os outros. In: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira: temas e situações**. Editora Ática, São Paulo, 1987.